

Marília Costa Morosini (org.), (1998). *Mercosul/Mercosur: Políticas e Ações Universitárias*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 251 pp.

À medida que o processo de globalização se vai intensificando e que os Estados-nação se vêm confrontados com as pressões aparentemente contraditórias de integração — dimanadas das lógicas de integração económica, social, cultural e política no sistema-mundo — e de desintegração — dimanadas das lógicas de localização das sub-regiões nacionais —, a questão de pensar as políticas orientadoras dos sistemas institucionais deles dependentes surge como incontornável. Estas questões devem, efectivamente, ser dimensionadas num horizonte mais amplo do que aquele em que têm, predominantemente, vindo a ser perspectivadas, nomeadamente através daqueles enfoques que, acompanhando a crescente presença funcional e ideológica do *managerialismo*, as deslocam e reduzem a meros problemas de política gestonária. As realidades sociais emergentes já não podem ser lidadas com os "velhos" instrumentos políticos nem, porventura, pensadas a partir de conceitos, ainda que de aparência inovadora, construídos para esclarecer outras "realidades".

No que diz respeito ao Ensino Superior, as transformações ocorridas nos últimos trinta anos — mormente na Europa Ocidental, mas não só — são de tal monta que nada parece permanecer o mesmo. Efectivamente, a partir dos anos 60 que alterações significativas — que vão desde o perfil sociológico dos estudantes (classe, idade, etnia e género) até às relações entre o Estado e os sistemas de ensino superior, passando pela estrutura organizacional das instituições ligadas a este nível de educação — fazem com que aquilo que a designação "Ensino Superior" pretendia delimitar seja, de muitas formas, menos claro. Trata-se, na verdade, de uma realidade multifacetada, complexa e, até certo ponto, um conceito desagregado: ensino pós-secundário, terciário, universitário, politécnico, etc.. Eventualmente estaremos perante uma transição paradigmática que obriga a uma re-significação do próprio conceito de ensino superior, do que é "educação" superior e do que é "superior" nesse tipo de ensino. O que implica também dizer que as questões económicas, políticas, sociais e culturais não são "exteriores" à discussão que hoje a universidade faz de si própria, mas antes se internalizam no seu

conteúdo substantivo e no das suas missões clássicas: investigar, ensinar e prestar serviços à comunidade.

Neste sentido, o conjunto de textos reunidos e organizados por Marília C. Morosini [aliás, na sequência de duas outras colectâneas, cf. Morosini e Leite (orgs.) (1992) *Universidade e Integração no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS e Morosini (org.) (1994), *Universidade no Mercosul*. Porto Alegre: CNPq]], presta um excelente serviço, quer em termos de contributo à investigação no âmbito da sociologia da educação, da sociologia política, etc., quer em termos de oferecer ao público interessado, na diversidade de posturas retratadas nos textos colectados, um leque bastante alargado das escolhas e das possibilidades que se abrem, assim como a sua complexidade sociológica, política, cultural e institucional. Os textos ora apresentados foram produzidos no contexto do seminário internacional «Políticas e Ações Universitárias no Mercosul», realizado em Novembro de 1997, no âmbito das actividades do Grupo de Estudo sobre Universidade/GEU, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O livro encontra-se dividido em cinco partes. Na primeira, *Políticas de Educação em Contexto Globalizado*, a questão central gira em redor da relação entre a crescente internacionalização dos processos económicos, sociais e políticos, dentro da qual a constituição do Mercosul se integra, e as políticas para a educação superior delineadas neste contexto. Seguindo a tendência da integração regional, levada a cabo nomeadamente pela União Europeia, o Mercosul, nasceu formalmente no Tratado de Assunção, assinado a 26 de Março de 1991 pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (o Chile e a Bolívia estão actualmente a procurar formas de aí também se integrarem e a negociar a sua entrada no grupo). Em Dezembro de 1994, no Protocolo de Ouro Preto, ficou consagrada a sua estrutura institucional, designadamente através da incorporação da Comissão Parlamentar Conjunta no organograma do Mercosul.

Os textos de Daniel J. Cano, «Políticas Internacionais e Políticas Universitárias de Integração», de Roberto R. Gómez, «Integração Regional», e de Cláudia L. Marques, «Liberdade de Estabelecimento e de Prestação de Serviços no Mercosul: Instrumentos Legislativos sobre Formação de Recursos Humanos», que constituem a referida primeira parte do livro, procuram relacionar as questões derivadas da globalização com as levantadas aos países do Mercosul com vista à sua integração.

Daniel Cano, enfatizando a historicidade e a complexidade do processo de integração, chama a atenção para a possibilidade de o espaço de integração a ser construído, e especificamente no que concerne à acção das agências internacionais na formulação de políticas para o ensino superior, constituir «um lugar para o renascimento do autoritarismo nos nossos países» (p. 12), legitimado por «uma globalização que ninguém definiu muito bem» (*ibid.*).

Roberto Gómez, por seu lado, enfoca a integração regional como estratégia adoptada pelos governos para a sua «incorporação no mundo da economia globalizada» (p. 16), sublinhando no passo que apesar de significativos obstáculos se levantarem (a conversão das divisas, os diferenciais de inflação, a diversidade de políticas económicas, etc.), os espaços integrados representam também uma «conjuntura interessante do ponto de vista das possibilidades de articulação regional de diversas iniciativas de cooperação em âmbitos como a saúde, a educação, ciência, cultura, entre outros» (p. 16). E é entre as possibilidades e os obstáculos que o autor delimita as questões centrais que se levantam ao ensino superior, em geral, e à universidade, em particular: cobertura nacional e qualidade, igualdade e equidade, diversificação institucional, integração, financiamento, avaliação e inovação, e pertinência social (pp. 22-24).

A interessante contribuição de Cláudia Marques fecha a primeira parte do livro e centra-se nos paradoxos derivados do facto de «o Mercosul ainda não te(r) base jurídica sólida, mas já actua(r) e até mesmo legisla(r)» (p. 26), enfatizando a necessidade, por parte do Direito, de estudar essa situação de mudança e de mudanças, no sentido de «demonstrar que um processo de integração verdadeiro e jurídico deve respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos e a ordem constitucional dos países membros» (*ibid.*). Servindo-se, num primeiro tempo, do exemplo da exigência da livre circulação de pessoas e serviços e, numa segunda parte, procurando caracterizar «o momento atual da integração económico-jurídica no Mercosul e os instrumentos legislativos já existentes sobre a formação de recursos humanos» (p. 27), a autora chama a atenção para as fragilidades da concepção economicista e burocrática da integração [(«os tratados de Assunção e de Ouro Preto almejam alcançar a integração (...), mas prevêem apenas instrumentos económicos e políticos» (p. 44)]. Sublinha, assim, que «(p)arcos e fracos instrumentos jurídicos

[ináveis à formação de um verdadeiro direito comunitário (...)] foram colocados à disposição do Mercosul» (*ibid.*), e que a este, portanto, na área da educação, resta uma actuação «mais política que jurídica», sendo que essa actuação incidentalmente já está a acontecer (*ibid.*). Para superar os efeitos do «vácuo jurídico» [criado pelo facto de o Mercosul se ter dado «a menor supranacionalidade possível, a de existir, sem esclarecer porém com clareza quais dos poderes soberanos dos Estados poderia exercer» (p. 39)], no que diz respeito ao ensino superior, Cláudia Marques vê com optimismo as diversas reuniões de ministros da Educação dos países do Mercosul, realizadas entre 1991 e 1994, na medida em que estas parecem cumprir uma importante agenda político-educacional. Isto é, no sentido em que visam a realização dos diferentes projectos e programas de integração, nomeadamente aqueles que dizem respeito à certificação e reconhecimento de graus académicos e de formação profissional, e que contribuem para «concretizar o ideal de livre circulação de serviços no Mercosul» (p. 46)

A segunda parte, *Políticas e Ações Universitárias na União Europeia*, conta, por um lado, com reflexões sobre as políticas do ensino superior em Portugal e sobre a questão da sua integração regional na União Europeia, e, por outro, com uma tentativa de isolar eventuais ensinamentos acerca desse processo susceptíveis de serem capitalizados num desenvolvimento mais reflexivo do Mercosul, mormente no que diz respeito aos subsistemas de educação superior. A primeira tarefa é levada a cabo essencialmente pelos textos de Licínio Lima, «Universidade Portuguesa: Notas sobre a crise institucional» e pelo de Almerindo J. Afonso, «Ensino Superior Português Frente à Integração Europeia»; a segunda pelo artigo de Marília Morosini. Surge sobremaneira relevante esta segunda parte, dado Portugal e Brasil partilharem "especificidades" semiperiféricas que é útil sublinhar numa abordagem da integração regional.

L. Lima analisa os modelos institucionais que presidiram e articularam o desenvolvimento da universidade portuguesa e as tensões com que actualmente se confronta em torno deles: o modelo corporativo, o modelo político-participativo e o modelo gerencialista. Estes modelos correspondem de alguma forma ao desenvolvimento histórico da universidade portuguesa e, simultaneamente, convivem, numa sincronia conflitual traduzida em jogo de *tensões*: «no exacto momento em que o novo modelo institucional político-

participativo emerge, em busca de novos ordenamentos e de novas regras e práticas sociais, em tensão com o modelo institucional corporativo e centralista, fortemente inscrito nos instrumentos normativos e também nos hábitos dos actores que nele foram socializados (...), ocorre uma segunda tensão com a entrada em cena de um terceiro modelo institucional (o modelo gerencialista)» (p. 68). Assinalando que a universidade portuguesa «balança entre a autonomia institucional de signo democrático e participativo (em fase de construção inicial) e a produtividade social gestionariamente aferida segundo critérios empresariais/produtivistas e tecnocráticos (modelo emergente)» (p. 74), assume que o modelo político participativo é pleno de potencialidades a explorar, sendo a sua revitalização passível de ser levada a cabo «através de um processo de repolitização democrática capaz de sublinhar e de defender o carácter político da universidade(...)» (*ibid.*). O conteúdo desse processo seria, finalmente, dependente de «uma revalorização do domínio público e das agendas democráticas e de cidadania», da abertura sincera da universidade aos «novos movimentos sociais e cívicos» e do simultâneo afastamento «dos modelos burocráticos e racionalistas e de modelos importados dos sectores económicos e produtivistas» (pp. 74-75).

Almerindo Afonso, enfatiza o facto de a integração educativa na Europa ter sido desde o início secundarizada em relação à integração económica. Efectivamente, «a Comunidade Europeia não possui ainda uma política educativa comum, como acontece, por exemplo em relação à agricultura ou outras actividades económicas» (p. 78), sendo apenas no Tratado de Maastricht, em 1992, a educação mencionada com destaque. Todavia, o reconhecimento de que nesta matéria as diferenças nacionais são de ter em conta e de respeitar, não invalida a assunção — que não é a sua contrária, mas dialéctica — de que há diferenças desnecessárias, «que são e que podem e devem ser removidas de modo a contribuir para a realização de dois objectivos essenciais: a construção da cidadania europeia e a livre circulação de pessoas no espaço comunitário» (p. 82). Sendo as incidências do processo de globalização mediadas, no que a Portugal diz respeito, pela integração europeia, Almerindo Afonso chama a atenção para a tónica dos discursos tornados dominantes em termos de política educativa, isto é, «o tema das *vantagens competitivas de Portugal*» (p. 83), que enfatizam a

necessidade de se prosseguirem «políticas adequadas de formação e desenvolvimento de recursos humanos, tendo em vista a competitividade internacional» (*ibid.*), e a decorrente lógica de funcionalização da universidade em relação ao tecido económico do país, e particularmente ao mundo empresarial. Conclui o autor: «temos sérias dúvidas de que o caminho em termos de políticas de educação, mesmo para o ensino superior deva ser (...) a subordinação dos interesses do ensino superior às necessidades das empresas ou das indústrias. Adotar este caminho, sobretudo no caso das universidades, não será mais do que prolongar a sua crise institucional que, como tem sido sugerido, resulta precisamente — num quadro mais amplo de crise de hegemonia e legitimidade — da tensão entre autonomia e a pressão utilitária/producionista a que as instituições de ensino estão a ser actualmente submetidas» (p. 84).

O texto de Marília C. Morosini, «Internacionalização da Educação Superior na União Europeia», centra-se explicitamente nos ensinamentos a extrair do processo de integração europeia e na sua confrontação — embora, é claro, recusando liminarmente a perspectiva de cópia de modelos (p. 48) — no contexto do Mercosul no âmbito do ensino superior. Morosini, depois de abordar a experiência de integração educacional europeia e de analisar as suas características, frisa «que o projecto de integração universitária é um item de uma nova concepção de sistema de educação superior» (p. 61) e que pensar em integração corresponde a «refletir sobre uma estrutura que considera a estrutura hoje existente (...) como novas possibilidades», assim como obriga a pensar «o sistema de educação superior como um todo» (p. 62). Nesta consonância, propõe, por um lado, «a flexibilização e o corte da burocracia» (p. 61), com o fim de alcançar o equilíbrio da «liberdade com avaliação» (p. 61), e, por outro lado, que o processo de integração universitária no Mercosul se pautar pela consecução de «contornos universais, mas respeitando as especificidades das nações envolvidas» (p. 62), de modo paulatino e com uma articulação diversificada. O artigo termina salientando as questões derivadas da relação entre autonomia das instituições e a sua avaliação, entre integração e avaliação, e sugerindo que se as lições a reter a partir das experiências europeias são a assunção de que «não há autonomia sem avaliação», que as portarias não determinam o sucesso de um programa, e que «está demonstrado que há lógicas e interesses

diferenciados entre os diversos níveis que participam da integração» (p. 62), revela-se salutar a «experiência de reuniões entre os sectores que promovem, administram e estudam o processo de integração» (p. 62).

Na terceira parte, *Políticas e Ações Universitárias no Mercosul*, estão reunidos os textos de Clarissa E. B. Neves e Marília C. Morosini, «Cooperação Universitária no Mercosul»; de Cláudia P. C. B. Soares, «Mercosul Educacional: Ações do Governo»; de Abílio A. Baeta Neves, «Política de Ensino Superior de Pós-Graduação no âmbito do Mercosul»; e de Diana L. de Sborovsky «La Universidad: Una Estrategia Autonomas en el Mercosul: El Grupo Montevideo», e centra-se em torno das políticas e dos processos substantivos de integração do ensino superior implementadas no âmbito do Mercosul.

Da análise dos programas governamentais e dos originados na própria universidade, concluem Neves e Morosini que é necessário que a universidade se torne parte activa no processo de integração e que esta «está buscando caminhos paralelos para que a integração de bases mercantilistas se torne integração de bases duradouras e que possibilite a inserção ativa do Mercosul no contexto internacional» (p. 107). Sublinham as autoras que devido às restrições e barreiras burocráticas que os estados nacionais erguem no âmbito dos mercados de trabalho, a produção de conhecimento tem sido mais facilmente integrada do que a formação de recursos humanos. Mas terminam com uma nota optimista: «as inúmeras iniciativas das universidades da região, bem como as acções governamentais desencadeadas, indicam o reconhecimento da cooperação interinstitucional na região como fundamental no próprio processo de formação do Mercosul e no caminho para uma integração consolidada» (p. 108).

Claudia Soares, por sua parte, procura recensear as acções do governo no âmbito do Mercosul Educacional, fazendo uma espécie de balanço dos objectivos e das iniciativas levadas a cabo no âmbito dos Planos Trienais já concluídos, 1991-94 e 1994-97, e do que está em vigor, 1997-2000, formalizado no documento Mercosul 2000 (cujo objectivo é reafirmar as áreas substantivas da política educacional dos quatro países voltadas para a melhoria da qualidade da educação: qualidade, avaliação, educação e trabalho, cooperação universitária e informação e documentação). Relativamente ao primeiro Plano (91-94), chama a atenção para o facto de os

programas de formação da consciência social favorável ao processo de integração e os que visavam a harmonização dos sistemas educativos terem sido considerados animadores, parecendo tê-lo sido menos aqueles com vista à formação e capacitação de recursos humanos.

Abílio Neves, foca um importante problema, o do risco de a cooperação académico-científica, no âmbito do Mercosul, se traduzir em algo de "segunda categoria". E sugere que «(u)ma das possíveis estratégias para evitar (esse) risco (...) é a que a CAPES está propondo: uso de mecanismos, procedimentos e sistemática avaliação e, se possível, de mobilização de recursos (internacionais) para a identificação de centros de excelência na região e em torno da existência desses centros de excelência» (p. 135).

Fecha esta terceira parte o trabalho de Diana de Sborovsky que assume uma perspectiva assaz interessante e forte: «(l)a integración no es un valor *per se*: es un instrumento subordinado a los supuestos políticos del modelo en que se inscribe.» (p. 141), pois o objectivo é a melhoria daquilo que se entende por "Educação" e "Superior", e não o sacrificar um ou outro, ou ambos, no altar da internacionalização. Depois de descrever os objectivos e acções da Associação de Universidades Grupo de Montevideo (p. 142) define aqueles e estas como uma forma de integração em implementação, em torno de quatro questões: o projecto formulado e partilhado pelos actores, a forma e o conteúdo das relações que os vinculam, as condições histórico-políticas de possibilidade e a vontade política de execução (p. 147).

Na quarta parte, *Integração Universitária no Mercosul: Perspectivas Nacionais*, os textos reunidos remetem para os casos nacionais e para integração agora vista a partir de cada um dos países. Reúne as participações de Ovide Menin «Resignificar la Enseñanza Superior no Universitaria na Argentina»; de Ladislao N. Ferrari, «Políticas y Acciones Universitarias en el Mercosur — Paraguay»; de Nicolás Bentancur «Universidad de la Republica Ante el Proceso de Integración Regional: Situación y Perspectivas»; de Maria de Lourdes de Albuquerque, «Autonomia Universitária e Educação Superior no Brasil»; e de Valdemar Sguissardi, «Políticas de Estado e Políticas de Educação Superior no Brasil: Alguns Sinais Marcantes da Dependência».

Do conjunto de perspectivas dimensionadas a partir dos casos nacionais a integração parece surgir enquadrada criticamente em torno de dois eixos — de uma forma não estanque, é claro — a saber, a integração

regional como uma subestratégia da globalização do capitalismo e das suas agências (no caso, BIRD/Banco Mundial) e a dimensionação das formas emergentes de regulação política e de gestão do subsistema (autonomização das instituições, privatização) como articulação de um mandato neoliberal para os subsistemas de ensino superior; sendo o outro eixo o das questões derivadas das diversidades e desequilíbrios entre os sistemas a integrar.

O texto de L. Ferrari centra-se essencialmente em torno deste último, sublinhando os problemas derivados, por um lado, das equivalências curriculares e dos perfis dos graduados, por outro, da diversidade dos estatutos que as instituições possuem nos quatro países. Por exemplo, a nova constituição do Paraguai dá um estatuto de ampla autonomia (administrativa, pedagógica e científica) às universidades, criando-se uma situação — não obstante a legislação do país consignar que a legislação internacional conveniada vale sobre a constituição — «assimétrica com os países do Mercosul, já que as Universidades, criadas por lei (...), não dependem do Ministério da Educação como nos demais membros do Mercosul» (p. 162).

Em torno do primeiro eixo giram as mais das contribuições desta parte. Ovide Menin, por exemplo, enfatiza que não é apenas um modo diferente de gestão política que está a surgir no contexto do Mercosul, este introduz um modelo tecnocrático de educação superior do «tipo "pret-a-porter"» (p. 157), que acaba por pôr em causa, dada a universalidade com que é assumido, a própria identidade e diversidade histórica das instituições envolvidas, surgindo a globalização da economia mundial como «o modelo capital, indiscutível ao qual se terá de submeter o Currículo Académico de todo o ensino superior (...)» (p. 156). Neste sentido, e depois de chamar a atenção para a especificidade argentina no campo do ensino superior, propõe a resistência ao mandato político tecnocrático e mercantilista que, entre outros efeitos práticos, isola e minoriza estatutariamente os institutos universitários «de tradicional enraizamento comunitário» (p. 159).

Na mesma senda, Nicolás Bentancur salienta a relação entre as transformações do e no estado e as ocorridas na universidade, não obstante a autonomia legal desta. A análise situa-se essencialmente a partir dos anos 80, a partir de quando a política do financiamento público incrementalista do ensino superior foi substituída pela política dos três Rs: racionalização, reestruturação e recuperação de custos (p. 180). Nas universidades tal resultou

no cobrar de propinas (1991) e num redesenhar os cursos e os seus objectivos. A desmonopolização do Ensino Superior por parte do Estado, traduziu-se politicamente em três vectores: privatização, desburocratização e descentralização, sendo assumida a desmonopolização como «o único expediente factível e mais consistente no sentido da privatização do sistema» (p. 182). É também no contexto dos três Rs que o autor enquadra a procura de um modelo mais eficiente, procurado na gestão empresarial, perfilando-se, no passo, o mercado como árbitro dos produtos universitários. O autor sublinha que, pelo menos no contexto do Uruguai, as importantes contradições entre o exercício da autonomia universitária e a concentração do poder estatal acabam por resultar numa marginalização da universidade, no sentido em que «a atitude dominante nos sucessivos governos tem sido o de colocar a universidade nos lugares periféricos da cena nacional» (p. 189). Finalmente, Betancur enfoca a avaliação como instrumento de regulação estatal, colocando-a no vórtice das transformações universitárias. A avaliação acaba por cruzar todos os nós problemáticos relevados dado que é «utilizada como mecanismo para administrar a escassez derivada da restrição orçamental, assegurar padrões mínimos de qualidade na expansão do sistema privado, racionalizar a gestão universitária ou vincular mais estreitamente as instituições às lógicas do mercado ou estatais» (p. 191), em suma, é configurada como forma de condução política do subsistema.

Maria de Lourdes de Albuquerque analisa o desenvolvimento da autonomia universitária desde a fundação da Universidade do Rio de Janeiro nos anos 1920 até aos dias de hoje, sublinhando que nunca houve uma real autonomia institucional mas que existe actualmente um esforço real de construção dessa autonomia por parte das instituições (p. 200). E, em consonância com as mais das perspectivas já recenseadas, chama a atenção para o facto de a crítica à universidade pública surgir, «não como uma mera acusação abstracta, mas pelas condições materiais da sociedade brasileira, pela adopção por parte do governo da ideologia neoliberal e da *universidade de resultados, a universidade de serviços*, cujo modelo padrão é dado pelas empresas». No mesmo sentido, sublinha que a concepção redutora de modernização como "privatizar" e "terciarizar" (p. 200), por estar excessivamente presente no espírito que enforma muitos documentos legais, nomeadamente no da Proposta de Emenda Constitucional 370/96, exige por

parte da academia uma atitude de resistência na urgência de «reconstituir com seriedade e competência o trabalho universitário» (p. 203).

Valdemar Sguissardi, a fechar esta secção do livro, centra a sua atenção na concordância entre as mudanças na universidade preconizadas pelo governo federal (nomeadamente a nova LDB) e as directivas elaboradas pelos organismos internacionais como o BIRD/BM. Segundo a sua análise, o objectivo que esta consonância serve — que, no caso do Brasil, tem já antecedentes históricos — parece ser o do ajuste estrutural num espírito neoliberal. Interessantemente, enfatiza o autor, a influência dos organismos internacionais citados, liderados pelos EUA, não é tanto activada pela via dos empréstimos, mas mais pela via da influência política (p. 207). No sentido de especificar as linhas mestras do mandato assim remetido para o ensino superior, Sguissardi mostra a consonância entre os eixos que orientam as concepções de desenvolvimento e de crescimento do Banco Mundial para o Terceiro Mundo (p. 208) (equilíbrio orçamental, mediante a redução, sobretudo, de gastos públicos; abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não tarifárias; liberalização financeira; desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação ou retracção da intervenção estatal; e privatização das empresas e dos serviços públicos) e a sua tradução, no que diz respeito ao ensino superior, em políticas que visam fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo a via da privatização, a diversificação das fontes de financiamento, a redefinição da relação entre o governo e as instituições de ensino superior e o assumir como objectivos aqueles ligados à qualidade e equidade. Na sequência, chama a atenção para a "naturalização" da equação público = ineficiente e do perigo da pura lógica de mercado hegemonizar as políticas do ensino superior, frisando a necessidade de haver um enquadramento crítico forte da contradição "rentabilidade económica" e "rentabilidade académica" (p. 220). O texto de Sguissardi evidencia, assim, criticamente a consonância entre os diagnósticos e conselhos do Banco Mundial, as reformas do estado brasileiro propostas pelo MARE e as políticas do ensino superior desenvolvidas pelo Ministério da Educação, e enfatiza a presença dessa lógica na proposta de um modelo de gestão fundado na autonomia e agilidade das empresas privadas. A privatização do ensino, decorrente da transformação das universidades públicas em "organizações sociais" (pp. 223-224), encontraria aí a sua legitimação social, económica e política.

Na quinta parte, *Educação Superior e Ressignificação da Integração Mercantil*, retoma-se com o texto de Iris M. Laredo, «Educación y Cooperación para la Integración Regional», depois de enriquecida pelo percurso descrito, a questão mais ampla das exigências colocadas às políticas do ensino superior num mundo definitivamente globalizado, e as estratégias de integração regional. Esta surge no texto de Iris Laredo como algo com que o estado-nação, enquanto átomo político, já não pode adequadamente lidar,

O Estado-nação manietado pela globalização abre a porta às unidades regionais: o «nacionalismo convencional já não é a resposta adequada para enfrentar os problemas emergentes da polarização e do exercício do crescente poder global concentrado nos países centrais» (p. 236). E por que os desafios derivados da globalização também já não podem ser confrontados ao nível mundial, a integração regional parece ser a resposta adequada, uma alternativa. A autora, com liminar clareza, assume que a lógica de integração do Mercosul se apoia «fundamentalmente no paradigma neoliberal, para o qual o fundamental é estruturar uma economia de mercado, abrir-se competitivamente à subregião e ao mundo num prazo peremptório» (p. 245). Face à emergência de um novo paradigma produtivo, face à mundialização dos mercados e à nova divisão internacional do trabalho, a educação surge como ferramenta estratégica central. Donde a dominância de traços como estado de baixo perfil, economia de mercado e abertura comercial dos países.

O livro coordenado por M. Morosini surge, então, como um importante levantamento de posturas, dos desafios colocados pelo hegemónico processo de globalização e das possibilidades da sua gestão política. E, se se esboça a crítica de que muitos dos textos focam essencialmente os aspectos ligados à hegemonia do neoliberalismo enquanto narrativa unificadora do processo de globalização, chamando sobretudo a atenção para os mecanismos políticos (e. g., regulação através da avaliação) e gestionários (e. g. a autonomia universitária modelada a partir das organizações privadas, como as empresas) emergentes, deixando na penumbra as eventuais oportunidades e aberturas para os sistemas de ensino superior dos países envolvidos que o mesmo processo eventualmente também traga consigo, logo se toma consciência que a tónica nos "fechamentos" operados no contexto da globalização é estratégica. Estratégica, no sentido em que num mundo onde

o capitalismo se parece ter "naturalizado" e em que as suas lógicas e processos surgem com a veemência de "evidências", o dinamismo crítico dos intelectuais, e, por maioria de razão, especialmente daqueles que vivem e trabalham nas universidades, surge com uma maior relevância.

**António M. Magalhães**  
Universidade do Porto